

SERVIÇO SOCIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Priscila Semzezem¹

As/os trabalhadoras/es brasileiras/os vivenciam, na atualidade, o acirramento das condições da vida através da intensificação da exploração da força de trabalho, índices alarmantes de desemprego e informalidade, precarização do trabalho, entre outros. Assistentes Sociais, em sua maioria, constituem-se em trabalhadoras/es assalariadas/os e, portanto, também estão submetidas/os a esse contexto.

Esses(as) trabalhadores(as), para sobreviverem, necessitam vender a força de trabalho em troca de salário, sendo determinada pela relação social do capital. Diariamente, travam lutas por condições físicas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho, melhores salários, pela não precarização das relações de trabalho, pela autonomia profissional, entre outros. Muitas dessas questões já foram identificadas em diversas pesquisas.

Em relação ao Serviço Social brasileiro, no ano passado, em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS divulgou dados de uma pesquisa com abrangência nacional, intitulada Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Sobre as condições de trabalho das/os Assistentes Sociais brasileiras/os, destaca que a maioria convive com baixos salários e com a intensificação de contratações temporárias e instáveis. Por outro lado, os dados também revelam que grande parte das/os profissionais possui apenas um vínculo de trabalho, e ainda, que a Jornada semanal de 30 horas vem sendo implantada, conforme regulamentação.

Na atualidade, de forma aparente, o processo de precarização do trabalho das/os Assistentes Sociais pode ser remetido a diversos fatores, entre eles a aprovação da Reforma Trabalhista, em 2017, que regulamentou contratos de trabalhos intermitentes. Tumolo, Oliveira e Bueno (2021) destacam que a Reforma Trabalhista está entre os mecanismos utilizados pelo Estado que se configura em gerir as necessidades da classe capitalista, para potencializar a exploração da força de trabalho. Isso aponta a complexidade desta análise, não sendo possível realizar nos limites deste texto.

Outro fator em destaque é a presença das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC no trabalho profissional das/os Assistentes Sociais brasileiras/os, aprofundado em virtude do contexto da pandemia da COvid-19. Muitas vezes, o uso das TIC tem sido relacionado como uma contribuição no desenvolvimento do trabalho. Entretanto, requer um olhar atento, não só ao uso, mas para a apropriação do capital no desenvolvimento das forças produtivas, para a sua produção e

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora Adjunta no colegiado de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campus Paranavaí.

acumulação, repercutindo diretamente no trabalho. Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 125) novamente chamam a atenção: “[...] sob capital, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, ao contrário de se ampliar as condições de emancipação humana, tem-se a intensificação da subsunção de toda a vida social a esse modo de produção”. A afirmação dos autores nos provoca a necessidade de uma análise aprofundada sobre esse processo.

Nesse cenário, também destacamos as formas de enfrentamento da categoria profissional de Assistentes Sociais aos processos de precarização do seu trabalho, tais como a efetivação da jornada de 30 horas de trabalho, a regulamentação do piso salarial, e a mais recente campanha publicizada pelo CFESS (2023), a “implementação das 30 horas sem redução salarial para toda categoria”. Todas essas ações são importantes, mas apresentam limites. Torna-se essencial apontar que o processo de precarização do trabalho não é uma situação específica das/os Assistentes Sociais brasileiras/os: ele afeta o conjunto da classe trabalhadora e, portanto, está relacionado com a produção e acumulação de capital.

Dessa forma, as causas da precarização do trabalho das/os Assistentes Sociais perpassam o desvelamento do funcionamento da sociedade capitalista. Salientamos que o capital, em sua necessidade de assegurar sua reprodução e de retomar suas taxas de lucro nos momentos de crise, tanto determina as demandas postas à profissão de Serviço Social, como também a configuração de seu trabalho profissional, exigindo análises dessa realidade. Favaro (2017) destaca que as condições econômicas e políticas atuais não são resultantes de vontades individuais: elas estão condicionadas às relações sociais historicamente estabelecidas, não sendo possível realizar qualquer análise sem considerar as mediações concretas da sociedade capitalista.

No que se refere à construção de formas de enfrentamentos a esse contexto, referenciamos a análise de Tumolo (2011, p. 28), construída a partir da obra de Marx, Salário, preço e lucro, e destaca que é preciso considerar dois tipos de lutas: as que se configuram contra as causas; e outras que se restringem ao enfrentamento dos seus efeitos. O texto referenciado pelo autor, de autoria de Marx, é uma publicação resultante da provocação de John Weston, membro do Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores - AIT – I Internacional, questionando a eficácia de lutas e dos sindicatos.

Ao analisar as lutas por aumentos salariais, ressalta que seu papel está relacionado ao enfrentamento dos efeitos e não das causas, pois “[...] o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos e não a cura da doença” (TUMOLO, 2011, p. 27). Segundo o autor, a luta por aumentos salariais não pode perder de vista “[...] atingir a espinha dorsal da acumulação capitalista, qual seja, a taxa de lucro” (TUMOLO, 2011, p. 27), ou seja, a sua causa.

Assim, a compreensão da precarização do trabalho perpassa fundamentalmente desvelar suas causas, que por sua vez, estão diretamente ligadas à produção e acumulação do modo de produção capitalista. Favaro (2017) destaca a importância de não se perder o objetivo final da luta. Segundo a autora, essa discussão é fundamental, pois dependendo do posicionamento adotado, construído a partir de uma determinada análise, resulta um efeito contrário ao pretendido, contribuindo para a manutenção e reprodução das condições capitalistas, nesse âmbito, a própria precarização.

Nos limites deste texto, levantamos alguns elementos com a tentativa de promover o aprofundamento desse diálogo. O cenário atual nos coloca em tempos difíceis e de complexo entendimento: estudar as tendências do capital está entre as ações que pode nos oportunizar desvelar essa realidade e, portanto, possibilitar a construção de estratégias eficazes para o enfrentamento.

Referências:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

FAVARO, N. A. L. G. Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites. Maceió: Coletivos Veredas, 2017.

TUMOLO, P. S. Educação e marxismo: a educação da perspectiva da classe trabalhadora. In: Angela Cristina Belém Mascarenhas; Silvia Rosa Silva Zanolla. (Org.). Sociedade, subjetividade e educação: perspectiva marxista e frankfurtiana. Campinas: Alínea, 2011, v. 1, p. 25-42.

TUMOLO, P. S.; OLIVEIRA, A. R.; BUENO, J. Z. Da educação pública à educação privada: os rumos do ensino superior no Brasil. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 119–137, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i1.43599. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43599>. Acesso em: 19 jul. 2023.



Expediente: Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2023-2026.

Comissão de Comunicação: Cassiano Ferraz, Bruno Gonçalves Gavião, Flávia de Brito Souza, Karoline Gonçalves, Simone Dalbello e Jéssica Degrandi.

Diagramação: Cassiano Ferraz - Assessor de Comunicação (comunicacao@cress-sc.org.br)